

A. I. N° - 018184.0315/14-0
AUTUADO - A.E.G. CALÇADOS LTDA.
AUTUANTE - NILZA DAS DORES CORDEIRO PIRES
ORIGEM - INFRAZ ILHÉUS
INTERNET - 24. 10. 2014

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0215-01/14

EMENTA: **ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. a) ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. b) ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA CONVENCIONAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Lançamentos não impugnados pelo contribuinte. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO. a) MATERIAL DE CONSUMO. b) BENS DO ATIVO IMOBILIZADO. Lançamentos não impugnados pelo contribuinte. 3. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) CRÉDITO UTILIZADO EM VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL. Lançamento não impugnado pelo contribuinte. b) IMPOSTO NÃO DESTACADO EM DOCUMENTO FISCAL. Lançamento não impugnado pelo contribuinte. c) MERCADORIAS COM IMPOSTO PAGO POR ANTECIPAÇÃO (SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA). Lançamento não impugnado pelo contribuinte. d) FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO DIREITO AO CRÉDITO. Documentos apresentados na defesa. Lançamento cancelado. 4. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE ENTRADAS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS NO ESTABELECIMENTO. MULTAS. a) OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. b) OPERAÇÕES NÃO TRIBUTÁVEIS. Lançamentos não impugnados pelo contribuinte. 5. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Lançamento não impugnado pelo contribuinte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31.3.14, diz respeito aos seguintes fatos:

1. recolhimento de ICMS efetuado a menos a título de antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias com fins de comercialização, sendo lançado imposto no valor de R\$ 714,83, com multa de 60%;
2. falta de pagamento da diferença de alíquota de ICMS nas aquisições interestaduais de material de consumo, sendo lançado imposto no valor de R\$ 130,14, com multa de 60%;

3. falta de pagamento da diferença de alíquota de ICMS nas aquisições interestaduais de material de “ativo fixo”, sendo lançado imposto no valor de R\$ 870,23, com multa de 60%;
4. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no documento fiscal, sendo glosado crédito no valor de R\$ 56,28, com multa de 60%;
5. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a imposto não destacado em documento fiscal, sendo glosado crédito no valor de R\$ 64,80, com multa de 60%;
6. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas com pagamento do imposto por antecipação tributária, sendo glosado crédito no valor de R\$ 675,45, com multa de 60%;
7. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, assim entendido em virtude da falta de apresentação dos documentos comprobatórios do direito ao crédito, sendo o valor de R\$ 5.692,47, com multa de 60%;
8. entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação [operações sujeitas à tributação pelo ICMS] sem registro na escrita fiscal, sendo por isso aplicada multa de R\$ 419,47, equivalente a 10% das entradas não escrituradas;
9. entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis [operações não tributáveis pelo ICMS] sem registro na escrita fiscal, sendo por isso aplicada multa de R\$ 336,10, equivalente a 1% das entradas não escrituradas;
10. declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através do [da] Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), sendo por isso aplicada a multa de R\$ 140,00;
11. recolhimento de ICMS efetuado a menos por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições interestaduais ou do exterior de mercadorias “relacionadas nos anexos 88 e 89” [leia-se: mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, nos termos do art. 353 do RICMS], sendo lançado imposto no valor de R\$ 2.316,69, com multa de 60%.

O contribuinte apresentou defesa impugnando apenas o item 7º. Alega que os créditos são válidos, uma vez que constam Notas Fiscais que comprovam os referidos créditos, conforme documentos anexos. Pede que a infração seja reavaliada e que se aplique sanção apenas referente à não entrega do livro CIAP em tempo hábil, mas que não se desconsiderem os créditos, conforme documentação juntada.

A auditora responsável pelo lançamento prestou informação dizendo que, com relação ao item 7º, após analisar os documentos juntados pela defesa, conforme folhas 795 a 870, constatou que a alegação do autuado procede, tendo ele direito ao crédito. Sugere que a infração seja modificada para “penalidade formal” [sic], por falta de entrega, em tempo hábil, do livro Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP).

Foi dada ciência da informação ao contribuinte.

Consta que o contribuinte requereu parcelamento dos valores reconhecidos.

VOTO

Dos onze lançamentos objeto deste Auto de Infração, foi impugnado apenas o item 7º, que diz respeito à glosa de créditos fiscais de ICMS em virtude da falta de apresentação dos documentos comprobatórios do direito aos créditos.

Na informação fiscal, a auditora responsável pelo lançamento, após analisar os documentos juntados pela defesa, concluiu que o contribuinte tem direito aos créditos, e sugere que a infração seja modificada para “penalidade formal”.

Não concordo com a conversão do lançamento em multa. Em casos desta natureza, a jurisprudência deste Conselho é no sentido do reconhecimento da improcedência, e só. O fato de o contribuinte ter aludido à possibilidade de conversão do lançamento do imposto em multa apenas denota sua boa-fé e lisura.

Excluo o lançamento do item 7º.

Os demais itens não foram impugnados, e consta que o contribuinte requereu parcelamento.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão unânime, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **018184.0315/14-0**, lavrado contra **A.E.G. CALÇADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 4.828,42**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “d” e “f”, e inciso VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de **R\$ 895,57**, previstas nos incisos IX, XI e XVIII, “c”, do art. 42 da supracitada lei, e dos demais acréscimos moratórios, de acordo com a Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 2 de outubro de 2014

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR